



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Comissão Gestora do PLL

COMISSÃO GESTORA DO
PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL
RELATÓRIO ANUAL
2016



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Comissão Gestora do PLS

Índice

1	INTRODUÇÃO	3
2	ABRANGÊNCIA.....	4
3	RELATÓRIO	4
3.1.	MATERIAL DE CONSUMO.....	3
3.2.	ENERGIA ELÉTRICA.....	6
3.3.	CONSUMO DE ÁGUA E ESGOTO.....	8
3.4.	RESÍDUOS SÓLIDOS.....	10
3.6.	LIMPEZA	15
3.7.	LAYOUT	16
3.8.	CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES EM EDUCAÇÃO SOCIOAMBIENTAL	17
4.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	16
5.	COMISSÃO GESTORA DO PLANO LOGÍSTICO SUSTENTÁVEL	17
7.	INDICADORES DO ANO 2016 ENCAMINHADOS AO CNJ.....	18



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Comissão Gestora do PLS

1 INTRODUÇÃO

O Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS) é uma ferramenta de planejamento com objetivos e responsabilidades definidas, ações, metas, prazos de execução e mecanismos de monitoramento e avaliação, permitindo ao judiciário estabelecer a sua política de sustentabilidade.

O Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul elaborou seu plano com a finalidade de estabelecer a implantação e o contínuo aperfeiçoamento de práticas de sustentabilidade dentro do judiciário, em atendimento à determinação contida na Resolução CNJ n. 201/2015. O Órgão Especial do Tribunal de Justiça aprovou, na sessão do dia 16 de setembro de 2015, o Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul, e em 22 de setembro 2015 foi publicado no portal do TJMS no endereço da Ecogestão (http://www.tjms.jus.br/projeto_ecogestao/).

Os temas que compõem o PLS são aqueles contidos no art. 16º da citada resolução (uso eficiente de insumos e materiais; energia elétrica; água e esgoto; resíduos sólidos; qualidade de vida no ambiente de trabalho; compras e contratações sustentáveis; deslocamento de pessoal; telefonia; sensibilização e capacitação contínua do corpo funcional; e deslocamento de pessoal). O monitoramento, a avaliação e a revisão do PLS são de competência da Comissão do Plano de Logística Sustentável, instituída pela Portaria nº 766, de 27 de julho de 2015. Dentre as competências da Comissão Gestora, destacam-se: acompanhar a implantação das ações propostas; orientar sobre contratações e aquisições mais eficientes; requisitar, de forma contínua, os dados e subsídios necessários para o processo de avaliação das ações; elaborar relatório com apresentação dos resultados; sugerir melhorias considerando os resultados obtidos, as boas práticas e legislações pertinentes ao tema de sustentabilidade. O relatório semestral é resultado do monitoramento realizado pela Comissão, sendo o documento em tela o Primeiro Relatório Semestral de Execução do PLS.

Este relatório apresenta as atividades executadas pelo órgão, considerando as ações previstas no PLS, relativas ao primeiro período de avaliação do Plano – janeiro a junho de 2016. Neste período inicial, muitas das ações previstas começaram a ser implementadas e outras ainda estão em fase de planejamento.

Conforme estabelecido nos artigos 22 e 23 da citada Resolução CNJ 201/2015, abaixo transcritos, os resultados obtidos a partir da implantação das ações definidas do PLS-PJMS deverão ser publicados ao final de cada semestre no ano no sítio do órgão, apresentado as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores. Art. 23. Ao final de cada ano deverá ser elaborado relatório de desempenho do PLS contendo:

- I – consolidação dos resultados alcançados;



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Comissão Gestora do PJMS

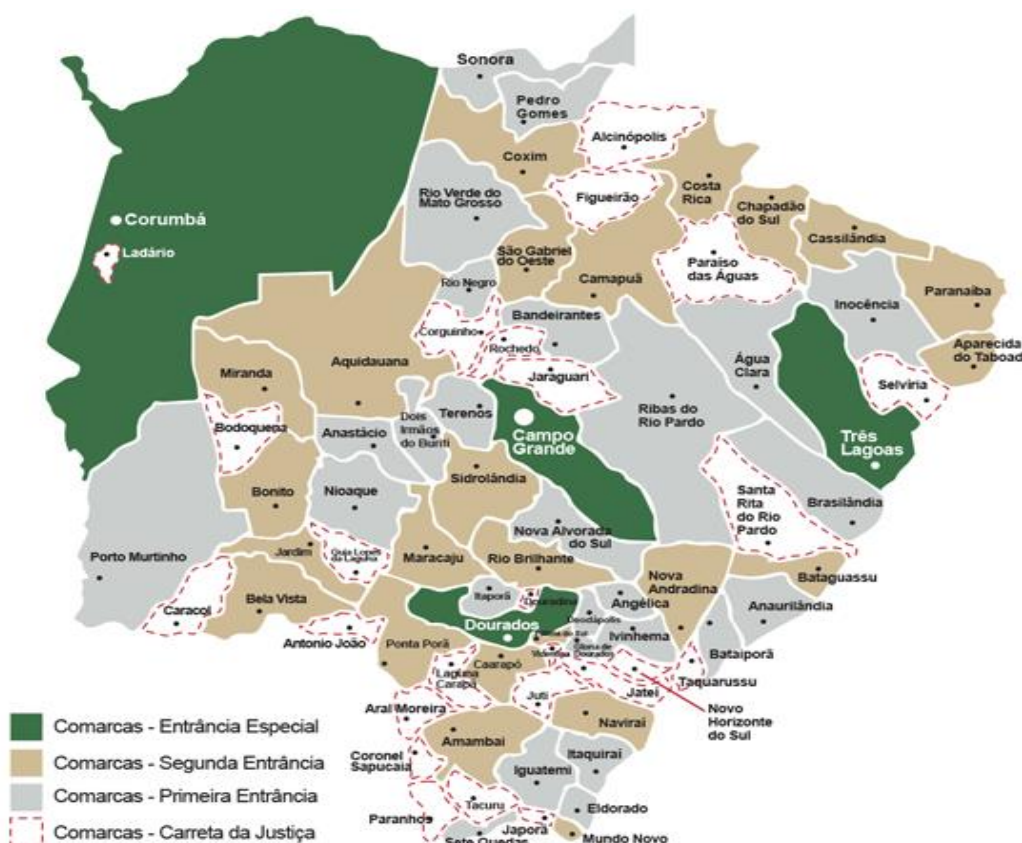
II - a evolução do desempenho dos indicadores estratégicos do poder Judiciário com foco socioambiental e econômico, de acordo com o previsto no Anexo I da citada Resolução;

III - identificação das ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente.

Por fim, a Comissão espera que esse relatório, além de retratar o atual cenário da sustentabilidade do judiciário sul mato-grossense, sirva para induzir as mudanças necessárias ao bom desempenho ambiental do PJMS.

2 ABRANGÊNCIA

O PJMS possuía 55 Comarcas ativas.





Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Comissão Gestora do PLS

3 RELATÓRIO

Para colaborar com o controle e redução do consumo de insumos no Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul, o Plano de Logística Sustentável (PLS) representa uma ferramenta importante para o direcionamento de ações práticas, educacionais e de conscientização dos usuários de recursos.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Comissão Gestora do PLS

3.1. MATERIAL DE CONSUMO

O PJMS reforça as campanhas para o alcance dessa meta, que exige esforços, em especial na conscientização dos servidores e colaboradores. De início, tem sido sugerida a redução, o reaproveitamento e a reciclagem do papel, mas o PJMS já adota várias ações para a sua economia como:

- Sistema de Controle de Documentos e Processos Administrativos Virtual (SCDPA) desde 2009, que tem por finalidade a comunicação interna, sem a necessidade de impressões;
- Malote digital para efetivação dos benefícios legais como alvará de soltura, progressão de regime ao semiaberto e aberto, livramento condicional e saídas temporárias para tratamento de saúde de custodiados em unidades penais do Estado;
- 100% do papel consumido pelo TJMS são certificados pela CERFLOR (Programa Brasileiro de Certificação Florestal) e PEFC (Programme for the Endorsement of Forest Certification Schemes);
- Confecções de bloco de anotações confeccionado pela Reprografia do TJMS;
- Sistema eletrônico de tramitação de processos judiciais.
- Restrição de impressão com uso de senha pessoal para os funcionários do PJMS.

No Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul, os papeis A4 são fornecidos por uma empresa terceirizada que faz a manutenção das impressoras, e uma parte do fornecimento acontece pela Secretaria de Bens e Serviços, deste Egrégio.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Comissão Gestora do PLS

	Plano de Ação	ÁREA	PJMS
Objetivo	Redução no consumo de resma de papel	Data da elaboração	2016
Forma de Medição	Papel (forma de medição: resmas requisitadas no almoxarifado)		

Meta anual alcançada

AÇÃO	META	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL PELA IMPLANTAÇÃO	STATUS	DADOS DA MEDIÇÃO		
					2014	2015	TOTAL 2016
Promover campanha para revisar os documentos antes de imprimir	Reduzir o consumo médio mensal de resmas de papel, até dezembro de 2016, em 1%	Divulgação de campanha através de: e-mail institucional; intranet, caixa de mensagens; sobre a importância do consumo consciente do papel e sua reutilização, buscando fazer com que todos adotem os seguintes métodos: imprimir e copiar frente e verso; imprimir e copiar apenas a quantidade necessária; utilizar e-mail para comunicação interna e externa; evitar espaços ociosos nos textos que serão impressos; usar o verso de folhas para rascunho ou confecção de blocos de anotações;	Secretaria de Comunicação	Em andamento	5.494 resmas/ano	5.938 resmas/ano	1.432 resma/ano
Configuração das impressoras para padrão de impressão em frente e verso		Configurar as impressoras para os recursos de impressão frente e verso	Secretaria da Tecnologia da Informação	Concluído			



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Comissão Gestora do PLS

	Plano de Ação	ÁREA	PJMS
Objetivo	Redução no consumo de copos descartáveis	Data da elaboração	2016
Forma de Medição	Copos descartáveis (forma de medição: copo (unidades) requisitados no almoxarifado)		


Meta anual não atingida

DESCRIÇÃO	META	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL PELA IMPLANTAÇÃO	STATUS	DADOS DA MEDIÇÃO		
					2014	2015	TOTAL 2016
Desenvolvimento de estudo de viabilidade de aplicação e custos para utilização de copos de 50ml descartáveis biodegradáveis	reduzir no mínimo, 1% no consumo de copos descartáveis até o final do exercício de 2016	avaliação da aplicabilidade do uso do copo alternativo, BIODEGRADAVEL.	Secretaria de Bens e Serviços	Não atingida, uma vez que a estimativa de custo foi relativamente alta e na atual crise econômica será aplicada em uma outra oportunidade	46.768	54.290	56.910
Campanhas de sensibilização para conscientizar os servidores a reduzirem o consumo de copos descartáveis e incentivar que os servidores tragam as canecas		Divulgação da campanha via intranet e meios eletrônicos institucionais.	Secretaria de Comunicação	Em andamento			
Desenvolvimento de estudo de viabilidade de aplicação e custos para compra de canecas para os servidores		- Estimativa de consumo - Estimativa de custos - Apresentação do relatório	Secretaria de Bens e Serviços	Em andamento para aquisição em 2017			



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Comissão Gestora do PLS

3.2. ENERGIA ELÉTRICA

	Plano de Ação	ÁREA	PJMS
Objetivo	aumentar a eficiência do consumo de energia elétrica.	Data da elaboração	2016
Forma de Medição	Energia elétrica (Forma de medição: Kwh consumido total registrado na medição na conta mensal)		

Meta Atingida – redução de 9,15%

AÇÃO	META	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL PELA IMPLANTAÇÃO	STATUS	DADOS DA MEDIÇÃO		
					2014	2015	TOTAL PRIMEIRO SEMESTRE 2016
Instalação de sensores de presença	até 2017, reduzir em 2% o consumo de energia elétrica em KW/h em comparação a 2014.	instalação de sensores de presença para acionamento de iluminação de áreas de ocupação eventual como os banheiros.	Secretaria de Obras	Em andamento, a Comarca de Terenos será a primeira a receber nos banheiros destinados ao público			
Desenvolvimento de estudo para adequação das instalações elétricas		Elaborar estudo de viabilidade para a instalação de bancos	Secretaria de Obras	Em andamento	12.356.669 Kwh/ano	12.158.881 Kwh/ano	11.226.037 Kwh/semestre



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Comissão Gestora do PLS

(instalação de banco de capacitor)		capacitores em alguns fóruns					
Implantação de energia fotovoltaica		Elaborado termo de referência para fornecimento e prestação de serviços de instalação, operação e monitoramento de Sistema de Geração Descentralizada com Energia Solar Fotovoltaica de 75kWp, conectada à rede da Concessionária	Secretaria de Obras	Por enquanto foi adiado devido ao alto custo de implantação			
Substituição paulatina e progressiva do sistema de iluminação elétrica externa e interna por lâmpadas com maior eficiência energética		Instalação das lâmpadas de LED, e com o decorrer das obras no PJMS serão substituídos paulatinamente	Secretaria de Obras	Em andamento			
Aquisição de computadores em conformidade com as normas EPEAT e Energy Star (no mínimo GOLD) para redução de consumo		Substituição paulatina dos computadores com a certificação Energy Star que é referência em economia de energia.	Secretaria da Tecnologia de Informação	Em andamento, os computadores estão sendo substituídos gradativamente.			

Na área de energia elétrica, continuam as seguintes ações:


- acompanhamento de consumo;
- revisão do contrato de fornecimento de energia, visando à racionalização em razão da real demanda de energia elétrica do Órgão;
- campanha de incentivo à redução do consumo de energia;
- colocação de material visual para a conscientização do consumo de energia elétrica;



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Comissão Gestora do PLS

- melhorias no dimensionamento dos sistemas elétricos, reduzindo perdas.

3.3. CONSUMO DE ÁGUA E ESGOTO

	Plano de Ação	ÁREA	PJMS
Objetivo	Redução no consumo de água	Data da elaboração	2016
Forma de Medição	Água (Forma de medição: m ³ captado registrado em medidor próprio ou na conta mensal)		

Meta parcialmente não atingida – aumento em 0,03%

AÇÃO	META	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL PELA IMPLANTAÇÃO	STATUS	DADOS DA MEDIÇÃO		
					2014	2015	TOTAL 2016
Descargas econômicas	até 2017, reduzir em 1% o consumo de água em m ³ em comparação a 2014.	avaliar viabilidade para cada prédio de instalação de descargas de parede com duplo acionamento (sólidos e líquidos).	Secretaria de Obras	Em andamento, a Comarca de Terenos será a primeira a receber nos banheiros destinados ao público	63.891 m ³ /ano	63.915 m ³ /ano	65.647 m ³ /semestre
Captação da água da chuva		Quando existir reforma nos prédios será realizado um estudo para implantação	Secretaria de Obras	Parcialmente implantada			



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Comissão Gestora do PLS

Na área de água e esgoto, continuam sendo desenvolvidas as seguintes ações:

- campanha para incentivo de consumo consciente de água;
- substituição de torneiras convencionais nos lavatórios por torneiras com temporizador;
- Estabelecimento de rotina acerca da periodicidade de irrigação de jardins, estipulando períodos padronizados para essa atividade em cada época do ano;
- Captação da água da chuva para limpeza de calçada e irrigação de jardim;
- Instalação de redutores de pressão nas torneiras;
- Monitoramento de uso da água no prédio do Poder Judiciário.

Em relação ao aumento de consumo, deve-se ao fato que entre 2015 e 2016 foram inaugurados novos prédios como sendo os Fóruns de Coxim, Inocência, Terenos e o Centro Integrado de justiça, totalizando área construída de 16.886,19 m². aumentando assim o consumo de água.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Comissão Gestora do PLS

3.4. RESÍDUOS SÓLIDOS

O PJMS atualmente encaminha os materiais recicláveis a cooperativa Coopervida, não existindo nenhum contrato formal.

Os resíduos de informática são encaminhados todos para doação.

No atual contrato de impressão do ano de 2016 os cartuchos e toners são encaminhados para reciclagem.

Em maio/2012 começou o desenvolvimento do projeto de descarte consciente de lâmpadas fluorescentes do Poder Judiciário, a fim de atender a Lei n. 12.305/2010, que recomenda logística reversa. O PJMS deste então, acondiciona e armazena as lâmpadas inservíveis em caixas nos prédios do Tribunal de Justiça e Fórum de Campo Grande/MS e depois encaminha para uma empresa terceirizada especializada com este tipo de resíduos.

Considerando ainda a missão de contribuir como agente de evolução social por meio de uma gestão sustentável, desenvolvemos no ano de 2015 o projeto de coleta de pilhas e baterias. As caixas coletoras são produzidas pela marcenaria deste Egrégio e depois as coletas são realizadas pela GM e Logística de Transporte, sem custo, uma vez que é uma iniciativa dos fabricantes e importadores de pilhas e baterias, que desenvolveram o programa "ABINEE RECEBE PILHAS", visando atender à Resolução CONAMA 401/2008.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Comissão Gestora do PLS

	Plano de Ação	ÁREA	PJMS
Objetivo	Coleta seletiva	Data da elaboração	2016
Forma de Medição	Coleta (Forma de medição: kg encaminhado à terceiro registrado em manifesto ou documento similar)		

AÇÃO	META	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL PELA IMPLANTAÇÃO	STATUS
plano de gestão de resíduos	Viabilizar o descarte adequado dos resíduos no PJMS.	Documento que aponta e descreve ações relativas ao manejo dos resíduos sólidos, observadas suas características, no âmbito dos estabelecimentos, contemplando os aspectos referentes à geração, segregação, condicionamento, coleta, armazenamento, transporte, tratamento e disposição final, bem como a proteção à saúde pública e ao meio ambiente	Secretaria de Obras	Em fase de estudo
Coleta Seletiva		- Implantar a coleta seletiva, conforme Decreto Presidencial nº 5.940 de 25.10.2006	Secretaria de Obras e Secretaria de Bens e Serviços	Em fase de estudo



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Comissão Gestora do PLS

INDICADOR	DADOS DA MEDIÇÃO	
	2015	TOTAL 2016
Destinação de papel para reciclagem	16.550 Kg/ano	2.010 Kg/ano
'Destinação de suprimentos de impressão para reciclagem	-	2.309kg/ano
Destinação de lâmpadas encaminhadas para descontaminação	3.247 unidades/ano	7.160 unidades/ano
Destinação de pilhas e baterias encaminhadas para descontaminação	497,20 kg/ano	155,6 kg/ano
Total de material reciclável destinado às cooperativas	16.550 Kg/ano	2.010 Kg



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Comissão Gestora do PLS

3.5. TELEFONIA FIXA E MÓVEL

	Plano de Ação	ÁREA	PJMS
Objetivo	Redução do dispêndio em telefonia Fixa e Móvel	Data da elaboração	2016
Forma de Medição	de Telefonia Fixa e Móvel (Forma de medição: Valor registrado em conta telefônica mensal em relação às linhas e ramais em operação no período)		

Meta não atingida – será revisto este indicador

AÇÃO	META	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL PELA IMPLANTAÇÃO	STATUS	DADOS DA MEDIÇÃO					
					2014 TELEFONIA FIXA	2014 TELEFONIA MÓVEL	2015 TELEFONIA FIXA	2015 TELEFONIA MÓVEL	TOTAL TELEFONIA FIXA 2016	TOTAL TELEFONIA MÓVEL 2016
Instalação de PABX virtual nas Comarcas	reduzir em 1% dos custos totais de telecomunicação per capita até 2017, em comparação a 2014.	reduz os gastos com telefonia, pois otimiza o uso do sistema telefônico, trazendo uma ótima relação custo-benefício	Secretaria de Obras	Em andamento	R\$1.052.157,57	R\$ 45.521,12	R\$1.239.556,83	R\$109.425,29	R\$ 1.146.314,48	R\$ 255.560,82
Estudo para implantação do sistema VoIP		Estudo para implantação da tecnologia	Secretaria Tecnologia da Informação	Em andamento						



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Comissão Gestora do PLS

Monitoramento do uso do telefone		Monitorar as contas de telefonia fixa e móvel.	Secretaria Tecnologia da Informação Secretaria de Obras Secretaria de Finanças	Em andamento						
Norma interna para telefonia fixa e móvel		criar grupo para normatização sobre o uso de telefone	Secretaria Tecnologia da Informação Secretaria de Obras Secretaria de Finanças	Em estudo						

Como pode ser observado, o valor da fatura de telefonia móvel tem aumentado devido a necessidade de atender a servidores e magistrados que precisam comunicar entre si e com empresas fornecedoras para realização de atividades administrativas e judiciais com maior celeridade.

Neste sentido, quando da atualização do Plano Logístico Sustentável, a meta será modificada para melhor se adequar à realidade deste Egrégio.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Comissão Gestora do PLS


3.6. LIMPEZA

		Plano de Ação			PJMS	
Objetivo		Promover mudanças na área de limpeza e conservação para alcançar alternativas sustentáveis. Otimizar o processo de contratação incluindo critérios de sustentabilidade no contrato.			2016	
Forma de Medição		Valor anual do contrato pela área de limpeza do prédio				
AÇÃO	META	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL PELA IMPLANTAÇÃO	STATUS	DADOS DA MEDIÇÃO	
					2015	TOTAL 2016
reciclagem ou destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação	Implantar práticas de limpeza de forma sustentável até 2017 em todas as unidades do PJMS	Verificar nos contratos que irão vencer se existe a ação. Implantar nos novos contratos	Secretaria de Obras/Sec. Bens e Serviços	Em andamento.	R\$39,64/m2	R\$ 39,13/m2
Estudo a respeito de práticas de limpeza sustentável		Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade e racionalização do uso de produtos potencialmente poluentes	Secretaria de Bens e Serviços	Parcialmente implantada. A cada nova licitação para contratação de empresa é solicitado a substituição das substâncias tóxicas		



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Comissão Gestora do PLS


3.7. LAYOUT

		Plano de Ação			PJMS	
Objetivo	realizar reformas e manutenção predial prevendo maior flexibilidade espacial, conforto ambiental e menor impacto ao meio ambiente.			2016		
Forma de Medição	Valor gasto com reformas nas unidades no ano vigente/ Valor gasto com reformas no ano anterior					
AÇÃO	META	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL PELA IMPLANTAÇÃO	STATUS	DADOS DA MEDIÇÃO	
					2015	TOTAL 2016
Implantar o Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil	10% até 2017 da manutenção predial, incluindo obras e reformas, deverá seguir diretrizes de sustentabilidade, observando as Iniciativas de água, energia elétrica e coleta seletiva solidária.	Conforme Resolução 307/2002 do CONAMA, implantar na obras do PJMS, a fim de reduzir perdas e desperdícios das obras.	Secretaria de Obras	A Secretaria de Obras em seus termos de referência já inclui o item de gerenciamento dos resíduos da construção civil, o qual a empreiteira deve implementar esta ação de gerenciamento de resíduos.	R\$ 2.428.118,67	R\$ 15.803.118,14



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Comissão Gestora do PLS

3.8. CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES EM EDUCAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

	Plano de Ação				PJMS
Objetivo	Orientar e informar os colaboradores e sociedade em geral sobre as ações, Iniciativas e resultados do PLS, além de conscientizar e motivar o corpo funcional para a prática do uso racional de recursos e da sustentabilidade no cotidiano dentro e fora do ambiente de trabalho.				2016
Forma de Medição					
AÇÃO	META	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL PELA IMPLANTAÇÃO	STATUS	DADOS DA MEDIÇÃO TOTAL 2016
inserir conteúdos de logística sustentável	capacitar no mínimo 20% dos servidores e colaboradores e sensibilizar 100% dos servidores e colaboradores até final de 2017.	Sensibilização e capacitação do corpo funcional e força de trabalho auxiliar	EJUD	Em andamento	Foram realizadas 194 ações, com 3.350 funcionários com o tema sustentabilidade. Vídeos ÁGUA e LIXO nos Cursos presenciais da EJU; Palestra: Ética e Sustentabilidade no Poder Judiciário; SCDPA - Sistema de Controle de Documentos e Processos Administrativos; Processo Eletrônico; Precatório Eletrônico – SAPRE; Antecedentes Criminais – SIDII; Curso de Formação Inicial de Novos Servidores – FINS;



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Comissão Gestora do PLS

					<p>Implantação do Projeto AR Digital e GECOF no SAJ; Atualização SAJ - alteração módulo de mandados; Requisição Obrigatória de Pequeno Valor – ROPV; III Seminário de Planejamento Estratégico Sustentável do Poder Judiciário; Conferência Internacional para o Setor de Energia Solar e Encontro Nacional de Instalações Elétricas.</p>
--	--	--	--	--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Comissão Gestora do PLS

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em março do ano de 2015 o Conselho Nacional de Justiça, editou a Resolução 201, a qual dispõe sobre a criação de núcleos socioambientais em todos os órgãos e conselhos do Poder Judiciário, bem como a elaboração e implantação do Plano de Logística Sustentável.

Insta salientar que para a eficiência na implantação do PLS, é imprescindível compreender que a responsabilidade socioambiental nasce com a decisão da instituição em revisar posturas, atitudes e práticas que agreguem valores sustentáveis em suas ações.

Por fim, a grande meta do Poder Judiciário será transformar o discurso teórico em ações efetivas, uma vez que adotar postura sustentável não se trata de algo simples, pois ela traz em sua concepção desafios aos gestores nos aspectos sociais, econômicos e ambientais, neste sentido será atualizado este Plano Logístico Sustentável, a fim de criar metas e indicadores mais desafiadores e condizentes a realidade desta instituição.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Comissão Gestora do PLS

5. COMISSÃO GESTORA DO PLANO LOGÍSTICO SUSTENTÁVEL

Juiz Auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça

Dr. Alexandre Antunes da Silva

Direção-Geral

Marcelo Vendas Righetti

Secretaria de Obras

- Núcleo Socioambiental

Rosiley Ferreira Cristaldo

Maria Cristina Tamiozzo

Assessoria de Planejamento

Titular: Tatiana Barbosa Rodrigues

Substituto: Josiany Angelica Silva Oliveira

Secretaria de Bens e Serviços

Titular: Larissa de Almeida Fagundes

Substituto: Alessandro de Oliveira Cardoso

Secretaria de Comunicação

Titular: Carlos Alberto Kuntzel

Substituto: Diego Espindola Virgilio

Secretaria de Gestão de Pessoal

Titular: Maria de Fátima Lessa Bellé

Substituto: Fabiana Ricartes de Oliveira Corradini

Secretaria da Tecnologia da Informação

Titular: Charles Cestari Baruki

Substituto: Altair Junior Ancelmo Soares

Secretaria de Finanças

Titular: Adriana Lechuga do Amaral Prestes

Substituto: Marcela Oliveira Armstrong Batistela

Escola Judicial do Estado de Mato Grosso do Sul

Titular: Magna Trindade Nantes Fontoura

Substituto: Rosimar Maria da Silva Gomes



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Comissão Gestora do PLS

7. INDICADORES DO ANO 2016 ENCAMINHADOS AO CNJ.



Indicadores do PLS - CNJ
Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Plano Logístico Sustentável - Indicadores mensais - 2016

INDICADORES	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
2. Papel												
Consumo de papel não reciclado próprio (Quantidade (resmas) utilizadas)	1.242	7	3	100	não houve consumo	5	16	não houve consumo	4	5	40	10
Consumo de papel reciclado próprio	não se aplica	não se aplica	não se aplica	não se aplica	não se aplica	não se aplica	não se aplica	não se aplica	não se aplica	não se aplica	não se aplica	não se aplica
Consumo de papel não-reciclado contratado	825,36	2.565,11	4.655,26	3.807,08	3.708,78	3.490,74	3.263,87	3.911,66	3.846,53	2.838,22	3.618,55	1.190,77
Consumo de papel reciclado contratado	não se aplica	não se aplica	não se aplica	não se aplica	não se aplica	não se aplica	não se aplica	não se aplica	não se aplica	não se aplica	não se aplica	não se aplica
Consumo de papel contratado	825,36	2.565,11	4.655,26	3.807,08	3.708,78	3.490,74	3.263,87	3.911,66	3.846,53	2.838,22	3.618,55	1.190,77
Consumo de papel total	2.067	2.572	4.658	3.907	3.709	3.496	3.280	3.911,66	3.850,53	2.843,22	3.658,55	1.200,77
Gasto com aquisição de papel não-reciclado próprio(Valor (R\$) gasto)	R\$ 13.182,46	R\$ 74,29	R\$ 37,84	R\$ 1.061,39	não houve consumo	R\$ 57,41	R\$ 183,73	não houve consumo	R\$ 45,93	R\$ 57,41	R\$ 459,34	114,83
Gasto com papel reciclado próprio	não se aplica	não se aplica	não se aplica	não se aplica	não se aplica	não se aplica	não se aplica	não se aplica	não se aplica	não se aplica	não se aplica	não se aplica
Gasto com Papel próprio	R\$ 13.182,46	R\$ 74,29	R\$ 37,84	R\$ 1.061,39	não houve consumo	R\$ 57,41	R\$ 183,73	não houve consumo	R\$ 45,93	R\$ 57,41	R\$ 459,34	R\$ 114,83
6. Telefonia												
Gasto com Telefonia Fixa	R\$ 74.317,18	R\$ 93.208,71	R\$ 93.700,29	R\$ 41.787,25	R\$ 104.846,44	R\$ 102.817,59	R\$ 102.817,59	R\$ 104.375,83	R\$ 100.476,34	R\$ 109.882,82	R\$ 114.700,01	R\$ 103.384,43
Linhas telefônicas fixas	1482	1482	1482	1499	1499	1499	1500	1500	1500	1500	1505	1599
Gasto relativo com telefonia fixa	R\$ 50,15	R\$ 62,89	R\$ 63,23	R\$ 27,88	R\$ 69,94	R\$ 68,59	68,54506	69,58388667	66,98422667	73,25521333	76,21263123	64,65
Gasto com telefonia móvel	R\$ 26.445,90	*	*	*	*	R\$ 126.881,99	R\$ 17.089,98	R\$ 16.928,86	R\$ 16.821,30	R\$ 17.091,42	R\$ 17.004,04	R\$ 17.297,33
Linhas telefônicas móveis	265	265	265	265	265	265	265	265	272	265	R\$ 265,00	265
Gasto relativo com telefonia móvel	R\$ 99,80	R\$				478,80	64,49049057	63,88249057	61,84301471	64,49592453	64,16618868	65,27
7. Energia Elétrica												
Consumo de Energia elétrica	824.582,00	1.125.083,00	1.099.502,00	1.283.176,00	880.452,00	707.920,00	799.126,00	864.584,22	813.412,00	935.649,00	1.010.236,00	1.116.247,00
Gasto com energia elétrica	R\$ 478.129,93	R\$ 595.529,88	R\$ 607.984,37	R\$ 696.661,66	R\$ 501.780,47	R\$ 420.989,65	R\$ 472.069,00	R\$ 486.141,03	R\$ 463.497,85	R\$ 501.631,64	R\$ 529.125,62	R\$ 577.341,75
8. Água e Esgoto												
Consumo de água	3.831	4.437	5.615	5.948	6.110	5.658	6.025	6.242	5.709	5.713	5.713	5.295
Gasto com Água	R\$ 81.742,68	R\$ 104.024,17	R\$ 97.462,19	R\$ 161.340,67	R\$ 162.865,57	R\$ 148.106,42	R\$ 155.100,00	R\$ 165.124,85	R\$ 150.287,90	R\$ 152.226,42	R\$ 152.226,42	R\$ 140.910,03
9. Gestão de Resíduos												
Destinação de papel	1580.	1720.	1830.	1650.	1870.	2000.	1960.	1550.	1630.	1950.	1280	730
Destinação de plástico	230.	180.	125.	175.	163.	210.	230.	250.	310.	180.	140	90
Destinação de metais	120.	110.	0.	0.	330.	135.	240.	152.	180.	320.	280	160
destinação de vidros	93.	178.	0.	345.	95.	145.	128.	80.	150.	120.	80	50
Coleta geral	1580.	1720.	1830.	1650.	1870.	2000.	1960.	1550.	1630.	1950.	1330	970
Total de materias destinados a reciclagem												
Destinação dos resíduos de saúde	6,8	5,2	9	10,9	8,4	5,9	7,8	15,8	7,8	12,2	12,3	2,8
13. Veículos												
Km - Quilometragem	89.407,00	106.496,00	135.661,00	132.570,00	114.534,00	121.256,00	109.851,00	123.520,00	116.848,00	120.543,00	84.381,00	81.911,00
14. Combustível												
Consumo de gasolina	7.583,00	6.911,00	9.451,00	9.402,26	8.771,51	9.493,07	8.371,65	8.730,58	9.740,34	9.115,86	9.642,41	5.591,91
Consumo de etanol	8,90	0	0	0	37,71	0	0	29,96	0	28,5	0	0
Consumo de diesel	4.244,00	4.948,00	5.861,00	4.875,86	5.415,05	4.192,62	4.672,78	6.657,50	3.988,17	4.820,67	5.716,89	3.164,26
Consumo de gas natural	não se aplica	não se aplica	não se aplica	não se aplica	não se aplica	não se aplica	não se aplica	não se aplica	não se aplica	não se aplica	não se aplica	não se aplica
Consumo relativo de alcool e gasolina	57,08195489	51,96240602	71,06015038	70,69368421	66,23473684	71,37646617	62,94473684	65,869	73,236	68,755	72,499	42,044
Consumo relativo de diesel	31,90977444	37,20300752	44,06766917	36,6606015	40,71466165	31,52345865	35,13368421	50,0564	29,9862	36,2456	42,9841	23,7914
Consumo relativo de gás natural	não se aplica	não se aplica	não se aplica	não se aplica	não se aplica	não se aplica	não se aplica	não se aplica	não se aplica	não se aplica	não se aplica	não se aplica

Obs.: Conforme Glossário. Valor fatura Telefonia Móvel: Foi encaminhando para a finanças uma única nota fiscal referente aos meses de fevereiro a junho*